

## ESPECIALIDADE

**31)** Analise as assertivas a seguir, informe se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma e, em seguida, marque a sequência **correta**.

- ( ) Estão sujeitos à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
- ( ) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal deve avaliar os mecanismos de controle social previstos nos respectivos programas de governo, particularmente naqueles casos em que a execução das ações se realiza de forma descentralizada nas diferentes unidades da federação e nos municípios, devendo destacar se os mesmos estão devidamente constituídos, estão operando adequadamente, têm efetiva representatividade dos agentes sociais e realizam suas atividades de forma efetiva e independente.
- ( ) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal prestará consultoria e assessoramento jurídico aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno, inclusive sobre a forma de prestar contas, o que anteriormente era desempenhado pela Advocacia Geral da União e a seus respectivos órgãos e unidades, consoante com o estabelecido pela Instrução Normativa nº. 01, de 06 de abril de 2011.

- a) V – F – V
- b) V – V – F**
- c) F – V – F
- d) V – V – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está fundamentada na IN 01, de 06 04 2001, que estabelece o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. As assertivas “Verdadeiras” estão, respectivamente, tratadas no item 02 da Seção II do Capítulo II e no item 5 da Seção II do Capítulo da IN. Já a assertiva “Falsa” trata de prerrogativas da Advocacia Geral da União, conforme disposto no item 6 da Seção I do Capítulo I da IN.

**32)** São finalidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, estabelecido pela Instrução Normativa nº. 01, de 06 de abril de 2011 da Controladoria Geral da União, **exceto**.

- a) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- c) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; das Empresas de Economia Mista e dos Fundos.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada no disposto no item 3 da IN 01, de 06 04 2001, que estabelece o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A alternativa apresenta como finalidades, além daquelas previstas pela IN supramencionada, o controle das Empresas de Economia Mista e dos Fundos, o que extrapola a norma e a define como a alternativa a ser marcada.

Uma empresa comercial apresentava em 31-12-20x0 os seguintes saldos em seu Balancete de Verificação. Considerando os dados apresentados, utilize-os para responder às questões de nº. 33 a 37.

Adiantamentos de Clientes	R\$ 3.500,00
Bancos Conta Movimento	R\$ 5.230,00
Capital Social	R\$ 12.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 4.000,00
Duplicatas a Pagar (longo prazo)	R\$ 2.900,00
Duplicatas a Receber	R\$ 8.200,00
ICMS Recolher	R\$ 2.100,00
Investimentos (longo prazo)	R\$ 1.000,00
Impostos a Recuperar	R\$ 4.100,00
Lucros Acumulados	R\$ 10.555,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 11.700,00
Mercadorias	R\$ 4.350,00
Móveis e Utensílios	R\$ 12.500,00
Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	R\$ 1.600,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 1.125,00
Salários a Pagar	R\$ 9.300,00

**33)** O valor do Passivo Exigível é de

- a) R\$ 16.025,00.
- b) R\$ 18.925,00.**
- c) R\$ 22.555,00.
- d) R\$ 41.480,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Conforme dispõe o art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, o Passivo Exigível constitui as obrigações das entidades e é composto pelo passivo circulante e não circulante. Na obra "Contabilidade Comercial", constante da referência bibliográfica, está descrita essa definição no capítulo 3, item 3.5.6. Nesta questão as contas que formam o passivo exigível são: Salários a Pagar; Provisão para Imposto de Renda; ICMS Recolher; Adiantamentos de Clientes; Duplicatas a Pagar (longo prazo).

**34)** Os valores do capital próprio e de terceiros são, respectivamente

- a) R\$ 10.555,00 e R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 12.000,00 e R\$ 18.925,00.
- c) R\$ 20.280,00 e R\$ 16.025,00.
- d) R\$ 22.555,00 e R\$ 6.400,00.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Capital próprio é constituído pelo Patrimônio Líquido da entidade, o Capital de Terceiros é definido como o montante de recursos tomados com terceiros para a manutenção das atividades. Nas contas apresentadas, o capital de terceiros está representado nas duplicatas a pagar e no adiantamento de clientes, o tema está definido nas Normas Brasileiras de Contabilidade e disposto de forma diluída no capítulo 3 da obra "Contabilidade Comercial", constante da referência bibliográfica.

**35)** O valor do Ativo Circulante é de

- a) R\$ 20.280,00.**
- b) R\$ 21.280,00.
- c) R\$ 21.880,00.
- d) R\$ 23.480,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

O Ativo Circulante é composto, de acordo com o art. 179 da Lei Federal nº 6.404/76, pelas disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte. Nesta questão, ao separar as contas que compõem o Ativo Circulante, verificamos a existência de uma conta retificadora, assim na apuração do valor desse grupo de contas, aquela conta retificadora deverá ter seu valor subtraído

**36)** O valor total das Obrigações é de

- a) R\$ 18.925,00.
- b) R\$ 25.455,00.
- c) R\$ 38.580,00.
- d) R\$ 41.480,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

As obrigações da entidade são definidas como Passivo. Logo, a resposta correta é obtida pelo somatório de todas as contas de natureza credora. O tema está descrito no capítulo 3 da obra “Contabilidade Comercial”, constante da referência bibliográfica.

**37)** O valor total dos Bens é de

- a) R\$ 20.200,00.
- b) R\$ 20.280,00.
- c) R\$ 21.200,00.
- d) R\$ 29.180,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

As disponibilidades da entidade que estão em seu poder são definidas como bens, já aquelas que estão em poder de terceiros são definidas como direitos. A soma desses dois tipos de disponibilidades forma o Ativo. O tema está descrito no capítulo 3 da obra “Contabilidade Comercial”, constante da referência bibliográfica.

**38)** A operação na qual o pagamento do valor das ações, para retirá-las definitivamente de circulação, com redução ou não do capital social, definida pela Lei Federal nº. 6.404/76 e suas alterações posteriores é definida como

- a) amortização.
- b) desembolso.
- c) reembolso.
- d) resgate.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta correta está fundamentada no art. 44, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. A questão aborda a disposição da Seção X do Capítulo III da mencionada lei e suas alterações posteriores. Com relação às alternativas apresentadas, o art. 44 da referida lei define no § 1º o “resgate” e no § 2º a “amortização”, sendo a primeira a alternativa citada, a correta. Já o art. 45 define o reembolso. A alternativa do desembolso não está definida expressamente na supramencionada lei.

**39)** Das Demonstrações Contábeis, de elaboração obrigatória ao final do exercício social, de que trata a Lei Federal nº. 6.404/76 e suas alterações posteriores, qual demonstração é dispensável de elaboração pelas companhias de capital fechado cujo patrimônio líquido exceda a R\$ 2.000.000,00? Demonstração do(s)

- a) Fluxos de Caixa.
- b) Valor Adicionado.
- c) Resultado do Exercício.
- d) Lucros ou Prejuízos Acumulados.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A questão aborda o conhecimento acerca da obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis de que trata a Lei Federal nº 6.404/76. No caso das companhias de capital fechado, a elaboração da DVA é dispensável, conforme art. 176 daquele diploma legal. Caso o patrimônio líquido seja inferior a R\$ 2.000.000,00 também será dispensável a elaboração da DFC.

**40)** A Demonstração Contábil que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro, é definida como Demonstração do(s) (as)

- a) Fluxos de Caixa.
- b) Valor Adicionado.
- c) Mutações do Patrimônio Líquido.**
- d) Origens e Aplicações dos Recursos.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A alternativa correta se refere a uma demonstração contábil facultativa para as entidades e que é amplamente utilizada por evidenciar de forma mais completa e abrangente as movimentações das contas do Patrimônio Líquido. A Lei Federal nº 6.404/76, em seu art. 186, § 2º, trata inclusive da inclusão da DLPa em sua elaboração.

**41)** Uma empresa prestadora de serviços emitiu, em face de um contratante, uma nota fiscal de R\$ 6.000,00. Quando do pagamento, o contratante reteve 1,5% a título de Imposto de Renda, 0,65% a título de PIS e 3% a título de COFINS. O registro contábil apropriado para essa operação é

- a) D – BCM = R\$ 6.500,00  
C – PIS a pagar = R\$ 42,25  
COFINS a pagar = R\$ 195,00
- b) D – BCM = R\$ 6.172,75  
IR a recuperar = R\$ 90,00  
PIS a recuperar = R\$ 42,25  
COFINS a recuperar = R\$ 195,00  
C – Receitas = R\$ 6.500,00**
- c) D – Receitas = R\$ 6.500,00  
C – PIS e COFINS a recolher = R\$ 237,25
- d) D – BCM = R\$ 6.500,00  
C – Receitas = R\$ 6.500,00

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta correta segue os preceitos de escrituração pelo método das partidas dobradas, assim serão debitadas as contas do ativo: BCM, IR, PIS e COFINS a recuperar e será creditada a conta receitas, que é uma conta de resultado, já que não há conta do passivo a ser lançada. O tema está descrito no capítulo 3 da obra “Contabilidade Comercial”, constante da referência bibliográfica.

**42)** O Princípio Contábil da “Oportunidade”, descrito nas Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para aplicação no exercício dessa ciência, refere-se ao

- a) processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.**
- b) reconhecimento dos efeitos das transações e outros eventos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- c) reconhecimento do Patrimônio como objeto da Contabilidade; afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.
- d) pressuposto de que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

As Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo CFC, estabeleceram os princípios contábeis a serem observados pelos profissionais da área. O princípio contábil da Oportunidade é aquele descrito no Art. 6º da Resolução nº 750/93, com redação da Resolução CFC nº 1.282/2010. A questão aborda o conhecimento básico acerca da teoria da contabilidade, onde os princípios contábeis norteiam o estudo e a execução da ciência.

43) Três sócios, ao constituírem uma sociedade mercantil, integralizaram o capital social de R\$ 300.000,00 da seguinte forma: o sócio A com R\$ 100.000 em dinheiro, sócio B com R\$ 100.000,00 em mercadorias e sócio C com R\$ 100.000,00 em máquinas e equipamentos de produção. Logo, a contabilização dessa integralização é

- a) D – Capital Social = R\$ 300.000,00  
C – Capital a Integralizar  
Sócio A = R\$ 100.000,00  
Sócio B = R\$ 100.000,00  
Sócio C = R\$ 100.000,00
- b) D – Disponibilidades = R\$ 300.000,00  
C – Capital Social = R\$ 300.000,00
- c) D – Caixa = R\$ 100.000,00  
Estoque = R\$ 100.000,00  
Máquinas e equipamentos = R\$ 100.000,00  
C – Capital Social = R\$ 300.000,00
- d) D – Disponibilidades = R\$ 200.000,00  
Investimentos = R\$ 100.000,00  
C – Capital Social = R\$ 300.000,00

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta correta também se refere à escrituração pelo método das partidas dobradas. Onde as contas debitadas foram aquelas correspondentes à integralização do Capital e formaram o Ativo da entidade, conforme a sequência narrada no enunciado, assim como a conta creditada deve ser o Capital Social formado e que comporá o Passivo da entidade. O tema está descrito no capítulo 5 da obra “Contabilidade Comercial”, constante da referência bibliográfica.

44) Do lucro líquido do exercício, as sociedades por ações deverão reservar montante a assegurar a integridade do capital social, e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Essa reserva é definida pela Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações posteriores como Reserva

- a) Legal.
- b) Estatutária.
- c) para Contingência.
- d) de Incentivos Fiscais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta correta está descrita no art. 193, § 2º, da Lei 6.404/76 e aborda o conhecimento acerca da destinação dos resultados apurados em balanços das entidades. As demais alternativas descrevem outras reservas que tratam de recursos diversos.

45) De acordo com os princípios e teorias aceitos, a Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativas à administração econômica. Com base nessa premissa, é **correto** afirmar que o objetivo principal da Contabilidade é

- a) o patrimônio da entidade.
- b) o registro de todos os fatos que afetam o patrimônio da entidade.
- c) aferir os resultados financeiros oriundos da atividade da entidade.
- d) fornecer informações acerca das variações patrimoniais aos seus usuários.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

O objetivo principal da Contabilidade está descrito nas Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo CFC e também em todas as obras de contabilidade. A questão visa abordar o conhecimento acerca dos fundamentos contábeis, já que é preciso distinguir o objetivo da contabilidade, que é o fornecimento de informações aos usuários, do objeto, que é o patrimônio e suas variações.

**46)** De acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, são condições que obrigam apresentação de demonstrações contábeis consolidadas

- a) ser sociedade limitada e possuir percentual de investimentos em sociedades controladas equivalentes a mais de 20% do valor de seu patrimônio líquido.
- b) ser sociedade de capital aberto e possuir percentual de investimentos em sociedades controladas equivalentes a mais de 20% do valor de seu patrimônio líquido.
- c) ser sociedade de capital fechado e possuir percentual de investimentos em sociedades controladas equivalentes a mais de 25% do valor de seu patrimônio líquido.
- d) ser sociedade de capital aberto e possuir percentual de investimentos em sociedades controladas equivalentes a mais de 30% do valor de seu patrimônio líquido.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está de acordo com o art. 249 da Lei Federal nº 6.404/76. A questão aborda o conhecimento acerca das demonstrações contábeis a serem elaboradas por entidades com participação em outras, objeto da contabilidade avançada. O conhecimento acerca da legislação aplicada às Sociedades Anônimas e à contabilidade de forma geral é premissa fundamental e as demais alternativas tratam de situações diversas do que trata a legislação sobre o tema.

**47)** De acordo com a Teoria da Contabilidade Avançada, correlacione as colunas a seguir, de acordo com as opções e as definições apresentadas e, em seguida, marque a sequência **correta**.

- 1. Fusão ( ) Absorção de uma sociedade por outra.
- 2. Cisão ( ) União de duas ou mais sociedades para formação de uma nova.
- 3. Incorporação ( ) Transferência de parcela do patrimônio de uma sociedade para outra.

- a) 1 – 3 – 2
- b) 3 – 1 – 2**
- c) 2 – 1 – 3
- d) 3 – 2 – 1

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está de acordo com o capítulo XVIII da Lei Federal nº 6.404/76, abordando a teoria da contabilidade avançada, onde as operações entre as companhias de capital aberto são reguladas. O conhecimento básico do tema é fundamental para se entender os processos abordados pela questão.

**48)** Com relação à elaboração do Balanço Patrimonial, a companhia avaliará os investimentos em coligados ou em controlados e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, utilizando o(a)

- a) Método de Custo.
- b) Demonstração do Valor Adicionado.
- c) Método da Equivalência Patrimonial.**
- d) Consolidação das Demonstrações Contábeis.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta está definida de acordo com o art. 248 da Lei Federal nº 6.404/76, que trata da equivalência patrimonial, que avalia os investimentos das entidades. A abordagem trata de conhecimentos fundamentais para a contabilização de investimentos e é tema amplamente abordado nas obras sobre Contabilidade Avançada.

**49)** Uma sociedade de capital aberto adquiriu no início do exercício social 55% do capital social de uma companhia, cujo patrimônio líquido apurado no Balanço Patrimonial era de R\$ 225.000,00. Ao final do exercício, a mesma companhia apurou lucro de R\$ 19.000,00. O valor do investimento da primeira sociedade, ao ser avaliado nos termos do Art. 248 da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, é

- a) R\$ 123.750,00.
- b) R\$ 132.300,00.
- c) R\$ 134.200,00.**
- d) R\$ 142.750,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta está também fundamentada no art. 248 da Lei Federal nº 6.404/76, já que a apuração do valor se dará pelo método de equivalência patrimonial. A resolução é a seguinte: do valor do PL na aquisição o percentual é 55% = 123.750,00. O lucro foi = 19.000,00. Logo, o percentual de lucro a ser considerado para efeito de avaliação do investimento será = 10.450,00. O investimento total então será = 134.200,00.

**50)** De acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, os bens pertencentes ao estoque deverão ser avaliados de acordo com o custo de aquisição ou produção. No caso de o valor praticado nas transações comerciais ser inferior àquele custo, deverá a companhia ajustá-lo por meio de

- a) provisão para Contingências.
- b) majoração do Custo por Absorção.
- c) majoração do Custo por Chave de Rateio.
- d) provisão para Ajuste ao Valor de Mercado.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta, relacionada à avaliação de estoques e seus custos, está fundamentada de acordo com o art. 183 da Lei Federal nº 6.404/76. A abordagem está na contabilização de provisão para o estoque, em caso de oscilação dos preços no mercado. O tema é de grande abordagem em todas as obras e fundamental para a Contabilidade de Custos.

Analise as informações e fatos, extraídos de uma empresa comercial, utilizando-os para responder às questões de nº 51 a 55.

<b>Estoques em 31/12/20x0:</b>	
*matérias-primas	R\$ 300,00
*materiais secundários	R\$ 90,00
*materiais de embalagem	R\$ 30,00
*produtos em elaboração	R\$ 240,00
*produtos acabados	R\$ 1.500,00
<b>Transações Comerciais</b>	
Compras realizadas:	
*matérias-primas	R\$ 4.000,00
*materiais secundários	R\$ 300,00
*materiais de embalagem	R\$ 150,00
Mão de Obra aplicada na produção	
*Salários e Encargos Sociais	R\$ 1.200,00
Gastos Gerais de Fabricação	
*Mão de Obra Indireta	R\$ 400,00
*Outros Custos de Fabricação	R\$ 1.400,00
<b>Estoques Finais em 31/12/20x1</b>	
*matérias-primas	R\$ 400,00
*materiais secundários	R\$ 100,00
*materiais de embalagem	R\$ 60,00
*produtos em elaboração	R\$ 280,00
*produtos acabados	R\$ 770,00

**51)** O Custo Primário da Produção do Período é de

- a) R\$ 4.700,00.
- b) R\$ 4.900,00.
- c) R\$ 5.100,00.**
- d) R\$ 5.400,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta correta é obtida da seguinte forma = Estoque Inicial de Matérias-Primas + Compras Matérias-Primas – Estoque Final Matérias-Primas + Mão-de-Obra Direta. O tema é parte fundamental para a apuração do CPV – Custo dos Produtos Vendidos, tema abordado em todas as obras de Contabilidade de Custos, inclusive na obra “Contabilidade de Custos”, constante da referência bibliográfica.

**52) Os Custos Diretos de Produção são de**

- a) R\$ 5.220,00.
- b) R\$ 5.510,00.**
- c) R\$ 5.570,00.
- d) R\$ 5.630,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta correta é obtida da seguinte forma = Custo Primário de Produção + Estoque Inicial de Materiais Secundário + Compras de Materiais Secundário – Estoque Final de Materiais Secundário + Estoque Inicial de Materiais de Embalagem + Compras de Materiais de Embalagem – Estoque Final de Materiais de Embalagem. O tema é parte fundamental para a apuração do CPV – Custo dos Produtos Vendidos, tema abordado em todas as obras de Contabilidade de Custos, inclusive na obra “Contabilidade de Custos”, constante da referência bibliográfica.

**53) Os Custos Indiretos de Fabricação são de**

- a) R\$ 1.400,00.
- b) R\$ 1.500,00.
- c) R\$ 1.800,00.**
- d) R\$ 2.100,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta correta é obtida pela soma da Mão-de-Obra Indireta e dos Outros Custos de Fabricação, que não têm correlação direta com a linha de produção. O tema é parte fundamental para a apuração do CPV – Custo dos Produtos Vendidos, tema abordado em todas as obras de Contabilidade de Custos, inclusive na obra “Contabilidade de Custos”, constante da referência bibliográfica.

**54) O Custo da Produção Acabada é de**

- a) R\$ 7.240,00.
- b) R\$ 7.270,00.**
- c) R\$ 7.310,00.
- d) R\$ 7.550,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta correta é obtida da seguinte forma = Custos Diretos de Produção + Custos Indiretos de Fabricação + Estoque Inicial de Produtos em Elaboração – Estoque Final de Produtos em Elaboração. O tema é parte fundamental para a apuração do CPV – Custo dos Produtos Vendidos, tema abordado em todas as obras de Contabilidade de Custos, inclusive na obra “Contabilidade de Custos”, constante da referência bibliográfica.

**55) O Custo dos Produtos Vendidos é de**

- a) R\$ 6.500,00.
- b) R\$ 7.770,00.
- c) R\$ 8.000,00.**
- d) R\$ 8.770,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta correta é obtida da seguinte forma = Estoques Iniciais + Compras Efetuadas + Mão-de-Obra Direta + Custos Indiretos de Fabricação – Estoques Finais. O tema é a essência dos custos: a apuração do CPV, tema abordado em todas as obras de Contabilidade de Custos, inclusive na obra “Contabilidade de Custos”, constante da referência bibliográfica.

**56) Das alternativas abaixo, a que **não** está relacionada com sistemas de custeio aplicados à contabilidade, ou também conhecidos como integrantes do “Sistema ABC”, é a que se refere a custeio**

- a) por Absorção.
- b) por Atividade.
- c) por Apropriação.**
- d) Direto ou Marginal.



JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta está fundamentada no capítulo 8 da obra “Contabilidade de Custos”, constante da referência bibliográfica. O sistema de custeio ABC é amplamente utilizado na contabilidade de custos e está descrito em todas as obras sobre o tema. As demais alternativas abordam definições de custeio diferentes daquelas do sistema ABC.

**57)** Há um parecer de auditoria que expressa distorções encontradas, relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou que não é possível obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, poderiam em tese, ser relevantes. Trata-se do Parecer

- a) adverso.
- b) com ressalva.**
- c) sem ressalva.
- d) com abstenção de opinião.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está fundamentada de acordo com o capítulo 16 da obra “Auditoria Contábil”, constante da referência bibliográfica. A questão visa aferir os conhecimentos acerca dos procedimentos finais e conclusão dos trabalhos de auditoria, de acordo com a emissão do parecer.

**58)** Como é definido o procedimento de auditoria que consiste basicamente no exame da documentação que, em conjunto, suporta os lançamentos e saldos contábeis?

- a) Circularização.
- b) Teste de Saldos.
- c) Seleção Aleatória.
- d) Teste de Transações.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada de acordo com o capítulo 6 da obra “Auditoria Contábil”, constante da referência bibliográfica. A questão visa aferir os conhecimentos acerca de procedimentos técnicos realizados nos trabalhos de auditoria.

**59)** Como são definidos os instrumentos que evidenciam todo o trabalho dos auditores externos, onde são comprovados os procedimentos efetuados pelo responsável por sua elaboração?

- a) Pareceres.
- b) Relatórios.
- c) Notas explicativas.
- d) Papéis de Trabalho.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada no capítulo 11 da obra “Auditoria Contábil”, constante da referência bibliográfica. A questão visa aferir os conhecimentos acerca de procedimentos técnicos e operacionais nos trabalhos de auditoria. O tema é recorrente em todas as obras sobre auditoria.

**60)** Qual a definição técnica para o processo que tem por objetivos principais a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes?

- a) Auditoria Interna.
- b) Controle Interno.**
- c) Auditoria Externa ou Independente.
- d) Sistema de Informações Gerenciais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está fundamentada de acordo com o capítulo 9 da obra “Auditoria Contábil”, constante da referência bibliográfica. A questão visa aferir os conhecimentos acerca da distinção entre auditoria e controle interno, sistemas independentes e fundamentais no ambiente das organizações.

**61)** A Liquidação da Despesa Pública, conforme preceitua a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações posteriores, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Assim, essa verificação **não** tem por fim apurar

- a) a importância exata a pagar.
- b) a origem e o objeto do que se deve pagar.
- c) a disponibilidade financeira para o pagamento da obrigação.
- d) a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta está fundamentada de acordo com o art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64. A questão visa aferir os conhecimentos acerca dos estágios a serem cumpridos para a execução orçamentária. É tema fundamental da Contabilidade Pública e recorrente em todas as obras sobre o tema.

**62)** Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao ente da federação receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal, caso o mesmo incorra no(a)

- a) atraso em editar a Lei Orçamentária Anual.
- b) falta de publicação do Relatório de Gestão Fiscal.
- c) excesso de endividamento público e na incapacidade de sua redução.
- d) incapacidade de redução das despesas de pessoal que ultrapassem os limites fixados.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada de acordo com o art. 23 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A questão visa aferir os conhecimentos acerca dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal para o controle de gastos com pessoal. O tema é recorrente em todas as obras e publicações sobre Responsabilidade Fiscal.

**63)** Analise as assertivas a seguir, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma e, em seguida, marque a sequência **correta**.

- ( ) Os créditos adicionais classificam-se em: suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; os extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e especiais, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção ou calamidade pública.
- ( ) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo e dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- ( ) Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- ( ) A fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, não se deve deduzir a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

- a) F – V – V – F
- b) V – V – V – F
- c) F – V – F – V
- d) V – F – V – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta está fundamentada de acordo com o Título V, arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320/64. A questão visa aferir os conhecimentos acerca dos preceitos legais para a execução orçamentária, através da utilização de créditos adicionais em todas as suas espécies. Instrumento legal para a execução do orçamento público, os créditos suplementares são abordados também em todas as obras sobre o tema.

**64)** De acordo com as Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, o sistema contábil que registra os bens, valores, obrigações e situações não representados nos grupos que compõem o ativo e o passivo, e que, possam a vir afetar o patrimônio é descrito como sistema

- a) financeiro.
- b) patrimonial.
- c) orçamentário.
- d) de compensação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada de acordo com o apêndice da obra “Contabilidade Pública”, constante da referência bibliográfica. A questão visa aferir os conhecimentos acerca do plano de contas e da contabilização dos fatos que ocorrem na Administração Pública.

**65)** De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, a receita orçamentária é composta de diversos níveis de identificação. Assim, correlacione as colunas a seguir de acordo com as assertivas apresentadas e assinale a sequência **correta**.

- (1) Categoria Econômica.
- (2) Espécie.
- (3) Rubrica.
- (4) Alínea.
- (5) Subalínea.

- ( ) É o detalhamento da receita; busca identificar uma qualificação específica. Agrega determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.
- ( ) Constitui o nível mais analítico da receita.
- ( ) É o nível de classificação vinculado à origem da receita, composto por títulos que permitem qualificar com maior detalhe o fato gerador dos ingressos de tal receita.
- ( ) Apresenta o nome da receita propriamente dita e que recebe o registro pela entrada de recursos financeiros.
- ( ) Utilizada para mensurar o resultado das decisões governamentais na economia.

- a) 5 – 3 – 2 – 1 – 4
- b) 3 – 5 – 2 – 4 – 1
- c) 5 – 1 – 3 – 4 – 2
- d) 4 – 3 – 2 – 1 – 5

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está fundamentada de acordo com o subitem 3.2.1 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A questão visa aferir os conhecimentos acerca dos preceitos legais para a classificação orçamentária das receitas públicas.

**66)** Analise as assertivas a seguir, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma e, em seguida, marque a sequência **correta**.

- ( ) Restos a Pagar é a denominação dada para as despesas orçamentárias empenhadas no exercício e não pagas até 31 de dezembro do respectivo exercício financeiro. Devem ser classificadas em Restos a Pagar Processados as despesas já liquidadas e em Restos a Pagar Não Processados as despesas não liquidadas.
- ( ) São estágios da despesa pública: a fixação, o empenho, a liquidação e o pagamento.
- ( ) As operações de crédito por antecipação de receita para suprir necessidades momentâneas são definidas como Dívida Flutuante.

- a) V – V – F
- b) V – F – V
- c) F – V – F
- d) V – F – F

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta está fundamentada de acordo com os arts. 36, 58, 63, 64 e 92 da Lei Federal nº 4.320/64. A questão visa aferir conhecimentos técnicos acerca de fundamentos da Contabilidade Pública, como restos a pagar, dívida pública e execução orçamentária, temas recorrentes em todas as obras sobre Contabilidade Pública.

**67)** De acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Despesa Obrigatória de Caráter Continuado é aquela que

- a) decorrente de programa de governo, deverá ser executada até o término do exercício seguinte ao de sua inclusão na Lei Orçamentária Anual.
- b) está prevista na Lei que estabelece o Plano Plurianual de Investimentos, cuja obrigação legal de sua execução será por período de até dois exercícios.
- c) decorrente de decisão judicial transitada em julgado, passará a ser incluída na Lei Orçamentária Anual pelo período que o juízo assim estabelecer.
- d) derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, fixar para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada de acordo com o art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A questão visa aferir conhecimentos acerca das disposições da LRF para a fixação das despesas públicas, tema fundamental sobre o controle dos gastos públicos e recorrente em todas as obras de Contabilidade Pública.

**68)** Das Demonstrações Contábeis de elaboração obrigatória para as entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, fazem parte

- a) Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Resultado do Exercício.
- b) Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Resultado Econômico.**
- c) Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado do Exercício.
- d) Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos, Balanço de Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Resultado Econômico.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está fundamentada de acordo com o Anexo V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A questão visa aferir conhecimentos acerca das demonstrações contábeis de elaboração obrigatória pelas entidades públicas.

**69)** A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistemas de informações, cujos subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para a informação do patrimônio público. Com base nesta premissa, dentre os que estruturam o sistema contábil, o que registra, processa e evidencia os atos de gestão, cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público é o subsistema

- a) de custos.
- b) patrimonial.
- c) orçamentário.
- d) de compensação.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada de acordo com o item 11 das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A questão visa aferir os conhecimentos acerca das ferramentas legais para a consecução dos trabalhos de contabilidade no setor público.

**70)** De acordo com o estabelecido no manual de Contabilidade aplicada ao setor público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o demonstrativo elaborado anexo ao Balanço Patrimonial das entidades públicas é o demonstrativo

- a) dos Restos a Pagar.
- b) da Receita Corrente Líquida.
- c) da Dívida Consolidada Líquida.
- d) do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta correta está fundamentada de acordo com o subitem 5.2.1 do Anexo V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A questão visa aferir o conhecimento acerca da apresentação de demonstrações contábeis e suas complementações.

71) De acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações posteriores, o produto de receitas públicas específicas que, por lei, se vincula à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada à adoção de normas peculiares de aplicação, constitui

- a) fundo especial.
- b) subvenções econômicas.
- c) reserva de contingência.
- d) crédito suplementar extraordinário.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta está fundamentada de acordo com o art. 71 da Lei 4.320/64 e suas alterações posteriores. A questão visa aferir o conhecimento acerca da utilização dos resultados apurados nas demonstrações contábeis das entidades públicas.

72) As receitas consignadas nos orçamentos das entidades públicas são classificadas nas seguintes categorias econômicas: “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”. Assim, assinale a alternativa que apresenta **apenas** dotações classificadas como “Receitas Correntes.”

- a) Receita industrial, receita patrimonial, receita agropecuária.
- b) Alienação de bens, transferências de capital, receita tributária.
- c) Receita de contribuições, transferências correntes, operações de crédito.
- d) Receita de serviços, operações de crédito, amortização de empréstimos.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta está fundamentada de acordo com o art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações posteriores. A questão visa aferir o conhecimento acerca da classificação orçamentária, fundamental para a elaboração da lei do orçamento, em relação à execução orçamentária.

73) A anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado ao contribuinte, são casos que configuram a concessão de

- a) subvenção social.
- b) auxílio financeiro.
- c) renúncia de receita.
- d) subvenção econômica.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta está fundamentada de acordo com o art. 14 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A questão visa aferir o conhecimento acerca das normas legais que disciplinam o planejamento e a execução orçamentária.

**74)** Analise as assertivas a seguir, relacionadas ao Controle Interno e Externo na Administração Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) e, em seguida, marque a sequência **correta**.

- ( ) O Controle Externo do Poder Executivo Federal é de competência do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- ( ) Compete ao Tribunal de Contas da União exercer o Controle Externo do Poder Executivo, bem como do Poder Legislativo, nos termos do Art. 71 da Constituição Federal.
- ( ) A Controladoria Geral da União é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, que atua em conjunto com os órgãos setoriais responsáveis pelo controle interno dentro de cada órgão ou entidade.

a) V – F – V

b) V – F – F

c) F – V – F

d) F – V – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta está fundamentada nos arts. 70 e 71 da CRFB. A questão visa aferir o conhecimento acerca dos preceitos constitucionais referentes ao controle e fiscalização dos recursos públicos.

**75)** De acordo com o que dispõe a Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2011, da Controladoria Geral da União, que procedimento visa comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil da administração pública, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido?

a) Auditoria.

b) Fiscalização.

c) Tomada de Contas.

d) Prestação de Contas.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta está fundamentada no Capítulo IV, Seção II, da Instrução Normativa nº 01, de 06 04 2001 que estabelece o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A questão visa aferir o conhecimento acerca dos vários procedimentos de controle utilizados pela CGU.

**76)** São competências constitucionais para o controle da aplicação dos recursos públicos, dentre outras

- *apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.*
- *fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.*
- *fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.*
- *assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.*

Tais competências são precípuas do(a)(s)

a) Congresso Nacional.

b) **Tribunal de Contas da União.**

c) Controladoria Geral da União.

d) Órgãos Setoriais de Controle Interno.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está fundamentada no art. 71 da CRFB. A questão visa aferir o conhecimento acerca dos preceitos constitucionais referentes ao controle e fiscalização dos recursos públicos.

Analise as informações, extraídas das demonstrações contábeis consolidadas da Administração Pública Direta Municipal, utilizando-as para responder às questões de nº 77 a 80.

Alienações de Bens	R\$ 1.800.000,00
Amortização da Dívida	R\$ 2.800.000,00
Inversões Financeiras	R\$ 1.000.000,00
Investimentos	R\$ 12.000.000,00
Juros e Encargos da Dívida Pública	R\$ 2.000.000,00
Operações de Crédito	R\$ 3.200.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 29.000.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 4.700.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 41.000.000,00
Receita de Contribuições	R\$ 1.400.000,00
Receita de Serviços	R\$ 2.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 320.000,00
Receita Tributária	R\$ 16.500.000,00
Retenção para o FUNDEF	R\$ 5.000.000,00
Transferências Correntes	R\$ 60.000.000,00
Transferências de Capital	R\$ 11.000.000,00

77) O valor da Receita Corrente Líquida, de que trata o Art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal é de

- a) R\$ 73.222.000,00.
- b) R\$ 77.922.000,00.
- c) R\$ 82.922.000,00.
- d) R\$ 87.922.000,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A resposta está fundamentada, como o próprio enunciado dispõe, no art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a apuração da Receita Corrente Líquida. A questão visa aferir o conhecimento acerca das receitas públicas e suas classificações.

78) O limite das despesas com pessoal do Poder Executivo, de que trata o Art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal é de

- a) R\$ 31.870.098,00.
- b) R\$ 38.181.780,00.
- c) R\$ 42.077.880,00.
- d) R\$ 46.753.200,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A resposta está fundamentada, como o próprio enunciado dispõe, no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixa os limites de despesa com percentual. A questão visa aferir o conhecimento acerca dos preceitos legais para aplicação dos recursos públicos.

79) O limite das despesas com pessoal do Poder Legislativo, de que trata o Art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal é de

- a) R\$ 1.558.440,00.
- b) R\$ 1.948.050,00.
- c) R\$ 2.337.660,00.
- d) R\$ 4.675.320,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A resposta está fundamentada, como o próprio enunciado dispõe, no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixa os limites de despesa com percentual. A questão visa aferir o conhecimento acerca dos preceitos legais para aplicação dos recursos públicos.

**80)** O resultado nominal, considerando a confrontação das receitas e despesas, é de

- a) R\$ 11.122.000,00.
- b) R\$ 15.922.000,00.
- c) R\$ 16.122.000,00.
- d) R\$ 20.922.000,00.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A resposta está fundamentada no capítulo IV da Lei Federal nº 4.320/64, que dispõe sobre as normas de Contabilidade Pública. A questão visa aferir o conhecimento acerca das demonstrações contábeis e dos fundamentos de receita e despesa pública.



